

ENTRE A PARCERIA E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA: A RECONSTRUÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O SEU VIVER

Reginaldo Barbosa¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Henrique Carmona Duval³

Resumo: O presente artigo pretende abordar como vem ocorrendo a integração dos assentados do Horto Bueno de Andrada, no município de Araraquara/SP, junto às agroindústrias do setor canavieiro da região. Discutimos desde o processo de legalização do plantio de cana-de-açúcar – colocada por muitos assentados, membros do órgão gestor e das usinas como uma "parceria" que significaria uma alternativa para o "desenvolvimento" dos assentados – até o andamento dos plantios, dos contratos e das consequências que eles trouxeram para a vida nos lotes. Esta abordagem leva em conta os aspectos econômicos da parceria para o desenvolvimento, mas pressupõe sua superação por meio da consideração de aspectos sociais, culturais e ambientais da vida no assentamento, que foram inevitavelmente tocados pela alternativa. Priorizamos uma metodologia que envolveu investigação de campo por meio de visitas e registros em diários de campo, análise documental e entrevistas. A metodologia empregada garantiu a recuperação de um material empírico extremamente útil, que fala de como as pessoas no assentamento convivem com essa alternativa e algumas dificuldades em permanecer na terra, ao mesmo tempo em que tentam conseguir prosperar enquanto produtoras rurais a partir de outras estratégias.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Pesquisa Qualitativa; Parcerias Agroindustriais; Diversificação Agrícola.

¹Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. Bolsista CAPES.

²Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

³Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara/Unesp.

Abstract: *This article aims to provide an overview of the challenges faced by settled workers in the Horto Bueno de Andrada, in Araraquara town, São Paulo state, regarding the integration processes to work in partnership with the agricultural industries of the sugarcane ethanol sector in that region. We initially dealt with the issue of authorization to the cultivation of sugar cane – described by many settlers, members of the management board, and the mills as a "partnership", which would represent an alternative for the "development" of the settlers – and we went through the process including matters relating to the progress in plantations, agreements, and their effects on the livelihoods within the plots. While this approach emphasizes the economic characteristics of the partnership and the consequent economic development within the community, it foresees likewise further implications regarding the social, cultural, and environmental aspects to the livelihood in the settlement, due to the project has inevitably touched the lives of these people. We prioritize a methodology that encompassed field investigation that was conducted through field visits. Data was gathered during the visits and was recorded in research field diaries, also including document analysis, and individual interviews. We adopted a methodology that enables the recovery of a very useful empirical material, which shows how these settled people have to handle experiences and take on new roles when dealing with alternative practices, and the problems faced by these workers to stay on the land, whilst applying diverse methods and strategies in an attempt to grow their agricultural business and improve their economic status.*

Keywords: *Rural Settlement; Qualitative Research; Agribusiness Partnerships; Agricultural Diversification.*

Introdução

A investigação da alternativa de desenvolvimento a partir da integração dos assentados à agroindústria canavieira partiu de uma metodologia qualitativa, sempre priorizada no âmbito do Nupedor, que envolveu idas regulares aos lotes do assentamento Horto Bueno de Andrada e registros feitos em diários de campo e fotográficos⁴. Foi também realizada uma entrevista com membros do órgão

⁴Tal acompanhamento foi em muito favorecido pelo fato do primeiro autor do artigo ser filho de assentado, residir no assentamento e ter vivenciado a parceria desde o início, fazendo visitas em outros lotes para saber do andamento dos plantios, dos contratos e a opinião das pessoas.

gestor do assentamento e a análise dos contratos entre assentados e usinas. Esta metodologia, centrada na experiência dos assentados, mostra como é rica a fala de diferentes membros da família, não apenas para a reflexão em torno dos contratos com as usinas canavieiras, mas para o registro das dificuldades encontradas desde o início do assentamento e que criaram um cenário favorável para que ocorresse a legalização de contratos entre atores sociais tão díspares.

Como veremos, as falas dos assentados estão presentes em todos os momentos do artigo. Primeiro, na caracterização do universo empírico, na descrição da organização do trabalho familiar e nas várias alternativas produtivas. Após, na explicitação da parceria da cana propriamente e nas relações com os agentes do órgão gestor e funcionários de usinas, marcadas pela insistência em fazer os assentados aderirem ao plantio de cana. Os diários de campo permitiram também captar a diversidade existente nos lotes, mesmo que cercada pela cana. Dada a importância da diversificação para a vida no assentamento (tanto em relação às estratégias de comercialização como para o autoconsumo), dedicamos boa parte do artigo a descrevê-la a partir de vários depoentes, no sentido de resgatar a diversidade de situações que as pessoas encontram para prosperar enquanto agricultoras em meio ao território homogeneizado pela monocultura da cana.

A metodologia empregada permitiu que aflorassem outras dimensões da vida no assentamento e que se associam na explicação de como a parceria da cana acontece. Quando se registra passagens das conversas em um diário de campo, parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula e de fato tomando nota. Há também a obrigação, por parte do pesquisador, de ter domínio sobre aquilo que se está conversando e de estar atento, pois dentro de recortes teóricos e de questões a serem abordadas a princípio, pode-se perder informações valiosas. Mesmo que se tenha um roteiro de questões a serem abordadas, as conversas podem chegar a assuntos bem distantes da proposta inicial, muitas vezes em função da vontade de falar do entrevistado e da lógica da situação. Sua interrupção deve ser evitada e o registro em diário de campo permite acompanhar e respeitar essa direção, quando o entrevistado se liberta de perguntas e fala à vontade sobre outros aspectos que ligam uma determinada situação à vida no assentamento. Dessa forma, as falas dos assentados indicam que outros aspectos da vida no assentamento são tocados pelo plantio de cana, por exemplo, como é a relação dos assentados com o território, as percepções ambientais, as relações de gênero e com agentes externos. Por isso algumas falas extensas são reproduzidas na íntegra.

O valor do qualitativo em termos de técnicas de pesquisa e de dados que ajudam a compreender essa realidade estudada adquire relevância, porém, mescla-se a outros dados baseados nas relações travadas com outros agentes sociais para tentar dar conta de aprofundar a análise de aspectos do modo de vida e das consequências da modernização agrícola sofridas por trabalhadores assentados rurais. Assim é que o estudo passa de um mero esforço descritivo e adquire sentido sociológico, de análise sobre o funcionamento desse tipo de agrupamento rural em seu meio social.

Partimos da ideia de que o assentado está inserido numa trama de tensões – isto é, está em relações ora de conflito ora de aliança com distintos atores sociais – então a análise também se volta às relações que ele tem com tais atores, relações políticas antes de tudo porque se trata da redefinição de rumos para o desenvolvimento do assentamento. Mesmo tratando-se de um tipo de organização social cuja lógica de funcionamento não é baseada exclusivamente em relações capitalistas, os assentados nunca estão isolados de outras relações com o sistema capitalista, imbuídos de uma racionalidade que tem por base a técnica. Prova disso é a reivindicação que eles próprios fizeram para poderem plantar cana enquanto fornecedores diretos das usinas e muitos deles começaram a ver, pouco tempo depois, que esta poderia não ser uma boa alternativa.

As dificuldades iniciais e o fazer-se de um lote a partir do relato de uma liderança

O Horto de Bueno de Andrada é formado por 31 lotes de aproximadamente 12,9 hectares cada, uma área de convivência comunitária de mais ou menos 20 hectares e as áreas de preservação permanente. As APPs do Horto de Bueno formam a proteção do córrego Ribeirão do Rancho Queimado, que tem no assentamento a origem das primeiras nascentes formando uma microbacia hidrográfica numa área de 472 hectares.

Na implantação deste projeto de assentamento, no ano de 1997, toda sua área mantinha um plantio de eucaliptos, que se mantinha desde 1971. No local onde está o assentamento a mudança da paisagem homogeneizada para outra diversificada se deu, segundo o que nos informou o senhor José, morador do assentamento, "logo após o sorteio dos lotes e a sua entrega de fato, quando nós tivemos um hectare de terra destocado para a construção do barraco, poço e para quem tinha possibilidades econômicas, fazer o plantio de hortas, milho, feijão, arroz entre outras culturas, criar aves, porcos e o gado, fazer cercas".

Nos primeiros anos da formação desse assentamento, ocorreu uma efetiva movimentação de madeireiros interessados em comprar eucalipto, o que gerou uma ação desordenada do crescimento com o recurso econômico retirado dessa extração. Nem todos os assentados tiveram o infortúnio de não ter um planejamento para a extração da madeira.

Já o senhor Isaias não vendeu sua madeira aleatoriamente. Por ter um pequeno caminhão e um motor-serra, tirava um caminhão de madeira por semana, o que equivale a 18 metros de madeira. Ele entregava para padarias no município de Araraquara, alcançando o preço de mercado, superior ao preço que era comercializado com os madeireiros dentro do assentamento. Segundo nos informou o senhor Isaias, *"enquanto eu preservava o eucalipto como recurso econômico, os demais assentados tiravam em média 28 metros de madeira a cada três dias, e que um caminhão de madeira tirada por estes madeireiros rendia em média R\$ 150,00 para o assentado"*. Um valor aquém do real, pois o senhor Isaias tinha o mesmo ganho com 10 metros a menos de madeira extraída. A diferença entre estes valores obtidos pela extração e venda da madeira se dava justamente porque o senhor Isaias tinha os próprios meios para extrair a madeira como máquinas para cortar a madeira e um caminhão para transportá-la até o consumidor final, sem a presença do atravessador.

O senhor Isaias foi um dos poucos moradores do Horto a ficar acampado. Antes de ocupar a terra do Horto de Bueno ele trabalhava com gado leiteiro em um sítio arrendado nas mediações do Bairro Iguatemi no município de Araraquara-SP. Conta o mesmo, que quando chegou ao Horto possuía 40 cabeças de gado e, como ficou 4 anos acampado, via seu gado sendo dizimado, mês após mês, com despesas para subsistir e resistir na peleja para adquirir o direito de "possuir" sua própria terra. *"Quando cheguei aqui com a minha família, tínhamos uma promessa de que o Horto de Bueno fosse transformar-se em um assentamento. Com o auxílio do Sindicato dos Empregados Rurais fizeram um cadastramento e o Horto foi ocupado. Mas o processo de partilha dos lotes demorou 4 anos para se consolidar. Esta não foi a única das dificuldades que nossas famílias tiveram."*

Os critérios de avaliação variavam, levando em conta a forma familiar laboral, a experiência de trabalho no campo, sem critérios muito definidos. Disse o senhor Isaias, *"eu e minha família que não fomos devidamente qualificados sob as regras da Fundação ITESP e só conseguimos um lote por apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara que propôs que todos os que estiveram acampados nestes anos não perderiam o direito a terra"*. Seu

Isaias também foi representante dos assentados e conta da dificuldade que tiveram nos primeiros anos de assentamento. *"Era muito difícil o diálogo com os demais colegas assentados. Todos queriam resultados, mas eu era o único que deixava meu lote e minhas obrigações para estar indo atrás de benfeitorias para o assentamento. Quando ocorreu o primeiro custeio agrícola para o Horto de Bueno, este no valor de R\$ 2.000,00 ocorrido no final de 1997 para 1998, eu como liderança na ocasião, tive como proposta que essa informação não chegasse a todos os assentados, mas que o meu custeio sairia. Sou um homem honesto, aprendi isso com o meu pai. Disse ao responsável pelo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo, futura Fundação Itesp) de Araraquara que ou sairia para todos ou ninguém, e que o assentamento ficaria sabendo do acontecido. Graças a Deus, todos recebemos naquele ano"*.

Este não foi um acontecimento isolado, a dificuldade de negociações foi grande. A atitude do senhor Isaias de não se deixar ser cooptado por uma proposta "leviana" ou corrupta, fez com que este parecesse aos olhos dos proponentes da ocasião como um problema a ser superado neste assentamento. A honestidade aqui apresentada traria outros embaraços para a vida particular do senhor Isaias como assentado do Horto de Bueno de Andrada e, em contrapartida, para todo assentamento.

Quando foi elaborado o projeto da rede elétrica no assentamento, os assentados não perderam o benefício do projeto por dois dias apenas. Segundo o senhor Isaias, *"o projeto da eletricidade permaneceu por dois anos na gaveta, a Fundação ITESP já tinha recebido o dinheiro para a implantação do projeto. Quando estávamos para perder o financiamento, vieram avisar faltando pouco mais de dois dias para acabar o prazo estipulado no projeto. Conseguimos a eletricidade, mas foi uma correria nestes dois dias, tive que mobilizar os demais assentados do Horto, formamos um grupo e partimos para resolver tudo em dois dias. Mas depois desisti de ser um representante dos assentados do Horto de Bueno de Andrada... Estive presente no assentamento desde a demarcação de cada lote, tínhamos que abrir estradas no meio dos eucaliptos de machado praticamente. Depois veio o projeto da destoca das raízes dos eucaliptos cerrados, este eu permaneci como representante até o final, pois levou mais de 3 anos para acabar, do calcário para a terra, um projeto que beneficiou o assentado com pequenos animais como galinha e porco e o gado leiteiro. Isso tomava muito do meu tempo e ficavam apenas a minha esposa e meu filho que na época estava com 14*

anos e minha filha com 12 para darem conta das obrigações do sítio, como ordenhar as vacas e tratá-las, fazer a ração dos porcos, cortar e carregar uma viagem de madeira dado meu compromisso semanal com uma panificadora da cidade.. Pois atrasava todo o meu trabalho no sítio, e nunca algum assentado se dispôs a dar um auxílio para mim nestes afazeres".

O senhor Isaias é uma pessoa que continua fazendo história no assentamento, atualmente como produtor de frango em parceria com a empresa Rei Frango, mantém uma produção de leite e porcos. *"Tenho duas granjas, mas não foi fácil construir este patrimônio. Quando chegamos aqui, existiam duas granjas em Bueno de Andrada, pertencentes à família Trovatti. Antes mesmo da família Trovatti comprar os lotes no assentamento, eu me interessei por esta atividade e procurei conhecer um pouco mais sobre granjas. A primeira que eu construí só foi possível devido à venda de um imóvel que eu tinha em Araraquara e o restante financiado pelo banco. Esta tem a capacidade para quase 12.000 frangos. A renda da primeira, com pouco mais de um ano de atividade possibilitou a construção da segunda, que tem capacidade para quase 15.000 frangos que são retirados a cada 50 a 60 dias. O ruim é que não temos um contrato de obrigação além da tirada dos frangos atuais, nunca temos garantia de que a empresa irá mandar uma nova remessa. Mas graças a Deus nestes últimos anos não faltaram frangos. Como tiramos a renda dos frangos? O lucro vem do peso do frango, mas para isso não devemos ter desperdício de ração, para não encarecer a produção. Também devemos tomar cuidado para não ocorrer mortes dos frangos, para isso temos que controlar a temperatura do barracão, nem frio e nem calor, temos que manter um ambiente com o clima bem ameno. E também conseguimos algum dinheiro com a 'cama' de frango. Cama de frango é o nome da forragem do solo do barracão para proteger os frangos da friagem do concreto."*

Observando o tamanho dos barracões e o trabalho que é exigido na granja, levou-nos a pensar que toda a família deveria trabalhar no sítio, envolvidos na atividade da agricultura familiar. O senhor Isaias tem dois filhos, um moço e uma moça. Quase não perguntamos ao entrevistado sobre isso, mas ao ver sua filha chegando do trabalho, despertou-nos a curiosidade. *"Meus filhos sempre trabalharam comigo, o menino já ordenhava as vacas leiteiras desde a idade dos seus 10 anos de idade e a menina pastava o gado enquanto eu e o menino buscávamos capim para tratar do gado. Isso desde quando morávamos no bairro Iguatemi em Araraquara. Quando mudamos para o*

assentamento, as obrigações eram as mesmas e sem os meus filhos não tinha conseguido construir a estrutura que tem o meu sítio hoje. Ainda hoje eles me ajudam, mas ambos trabalham fora do sítio. O mais velho, o menino, trabalha como segurança no pedágio de Bueno de Andrada e a menina trabalha no bar do seu Freitas. O lugar onde vende as coxinhas douradas de Bueno, o meu genro também trabalha no pedágio de Bueno e minha nora fica no sítio cuidando do meu neto. Hoje eu e minha esposa cuidamos das atividades do sítio. Mas os meus filhos ainda moram aqui no assentamento. Construí uma casa para a menina aqui no sítio e agora estou terminando a casa do meu filho. Tudo construído com o trabalho na terra."

O senhor Isaias construiu uma história dentro do assentamento, como representante popular e como agricultor familiar. Não optou pela cana, está satisfeito com sua produção e é um dos poucos assentados que ainda mantém o título de permissão de uso da terra do ano de 1997. No decorrer de seu depoimento ele fala das dificuldades no início do assentamento, sua experiência enquanto liderança e seu envolvimento em projetos de crédito, rede elétrica, destoca e calagem (fundamentais para se constituírem produtores rurais). Mas logo passa a relatar suas escolhas produtivas e a organização numa esfera familiar, de certa forma, mais individualizada, que juntas ajudam a explicar sua vida no assentamento.

Os distintos tempos do assentamento: sonhos desfeitos e refeitos

Conforme se iam expandindo as áreas destocadas, os assentados diversificavam mais a sua produção, recuperavam a fertilidade de um solo que por muito tempo foi esgotada com a monocultura do eucalipto. Culturas como o feijão de porco, considerado um reparador do solo e sua semente resultante da safra eram comercializados com o próprio fornecedor da semente para o plantio, que garantia a compra de toda a produção. Como possibilidade de adequar a terra para o plantio de outras culturas, também foi utilizado o feijão de corda consorciado com o milho. Neste processo quase todos os assentados aderiram, principalmente quem tinha uma área de terra com maior destoca e disponível para a produção agrícola.

Concomitante com estes acontecimentos chegava ao assentamento calcário fornecido pelo governo do Estado, máquinas para tirar as raízes de eucalipto que ainda estavam no solo, animais de pequeno porte como aves e porcos para cada família e um montante de materiais de construção para fazer a casa de alvenaria e sair dos barracos improvisados. O assentamento de Bueno foi se

formando com muito entusiasmo. Por todos os lotes observava-se a agricultura de subsistência com uma farta produção de alimentos. "*Naqueles tempos*", segundo informou o seu Dercilio, "*no assentamento parecia existir harmonia no grupo dos trinta e um assentados. A cooperação entre todos e o auxílio dos coordenadores do ITESP da região possibilitou até organizar e realizar uma bela festa para Araraquara e região. Chamamos A Festa do Milho Verde*⁵. *A festa proporcionou ao grupo adquirir um freezer e um fogão industrial, a aquisição desses aparelhos por acordo coletivo propunha o planejamento do segundo evento*".

Com o decorrer do tempo foram surgindo pequenos grupos que iam se apartando do coletivo sem qualquer motivo específico aparente. No assentamento isso começou a trazer rompimentos. Amizades e expressões de cooperação iam desaparecendo e um individualismo competitivo na produção tomava o assentamento. Um fenômeno que acaba por ocorrer com frequência em assentamentos, como está descrito em Maciel (2009):

O caso de Araraquara denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo com menos estrutura. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou (MARTINS apud MACIEL, p.223, 2009).

No assentamento do Horto de Bueno não existem expressões de hegemonia política, econômica e social, o que exigiu da pesquisa a identificação dos vários grupos de assentados existentes vivenciando o mesmo assentamento. Existe no Horto de Bueno de Andrada um grupo de antigos arrendatários que quando

⁵Essa festa ocorreu no ano de 1998, no mês de junho. Como a produção do milho foi muito boa naquele ano, resolveram fazer a festa. "A Festa do Milho Verde" como foi divulgado foi o nome dado justamente para apresentar à população local a capacidade de produção agrícola do assentamento de Bueno de Andrada. Foi feita divulgação nos jornais impresso e falado do município de Araraquara e região. O êxito com a festa foi admirável, quase não foi possível atender à quantidade de pessoas que vieram prestigiar a festa. Tratou-se de um evento que envolveu todos os assentados do Horto, talvez a única vez em que os assentados desse assentamento trabalharam consensualmente num processo de cooperação.

recebeu a terra para uso tinha suporte econômico para implantar qualquer atividade agrícola. Outro grupo de pessoas que comprou, de outros assentados, o direito de uso da terra, que na maioria passou a empregar pessoas dentro do assentamento e foi agraciado pela Fundação ITESP com projetos e recursos econômicos fundiários, grupo de meeiros que sempre exploraram atividades em parceria e trabalhadores rurais boias-frias.

Alguns desistiram da reforma agrária e abandonaram seus lotes, ou venderam o direito de uso da terra. Aos poucos, alguns dos trabalhadores rurais assentados perderam o gosto pela agricultura e o trabalho familiar na terra. Ao desacreditar da proposta de reforma agrária, diminuiriam a produção de alimentos e passaram a buscar outras formas de "explorarem" a terra, inclusive através de parcerias com o agronegócio da região. Um fenômeno que não acontece de forma isolada apenas nesse assentamento, e que muitas vezes surge no assentamento como forma de permanência na terra.

Por este motivo, os assentados, ora tentam se inserir no mercado como produtores de matéria prima para o agronegócio, como é o caso da cana e do leite, ora procuram se inserir nas cadeias produtivas, como padrões muitas vezes associados aos produtos artesanais, orgânico/agroecológicos. Ambas as estratégias de produção e comercialização, na maioria das vezes individualizadas, têm por objetivo manterem-nos como agricultores familiares (MACIEL, p.222, 2009).

Ao entrevistarmos o senhor Dercílio, nos contou que foi ele um dos primeiros a abandonar o sonho da terra no assentamento do Horto de Bueno e vender sua benfeitoria à outra família. O senhor Dercílio é um homem de mais de 70 anos de idade e quando ocorreu a aquisição do uso da terra no assentamento do Horto de Bueno os filhos não quiseram acompanhá-lo, portanto ficou apenas ele e sua esposa no lote. Uma pessoa simples de um conhecimento notável em agricultura e trabalhos artesanais em madeira e couro crú⁶. "*A minha vontade era de ficar*

⁶A entrevista feita com o senhor Dercílio foi feita depois de sua saída do assentamento do Horto de Bueno de Andrada, não suportou viver na cidade voltou para o assentamento VI da fazenda Monte Alegre. Mais especificamente, hoje ele mora na sede da fazenda CODASP, atual Horto de Silvânia, um assentamento com 19 famílias pertencente ao município de Matão-SP.

aqui no assentamento, mas nenhum dos meus filhos quis acompanhar a mim e a minha esposa, mesmo com a idade avançada, tinha muitas esperanças com a aquisição da terra. Eu trabalhei aqui no Horto de Bueno e na Fazenda Monte Alegre ainda quando era CODASP, hoje estou vivendo na antiga sede da fazenda Monte Alegre, e penso na 'burrada' que fiz em trocar um lote de 12,9 hectares de terra por uma casinha de três cômodos num terreno de 150 metros quadrados". Interessante notar na fala deste assentado a valorização do espaço que se tem no assentamento em contraposição ao espaço restrito da casa da cidade: por motivo de não ter força de trabalho suficiente para trabalhar no lote, ele vendeu o lote e comprou uma "casinha" na cidade, mas se arrependeu e hoje vive na sede da fazenda Monte Alegre (assentamento vizinho ao Horto de Bueno), à espera de sair outro lote para se mudar com sua família.

Foram muitas famílias que desistiram de continuar a peleja pela terra. O senhor Isaias, como uma pessoa que presenciou toda a construção desse assentamento desde o momento da ocupação e que foi uma liderança em busca de melhorias diz: *"Depois que o Senhor Dercilio vendeu sua benfeitoria e o direito de uso à outra família, isso foi um estímulo necessário para que outros assentados deixassem a terra. Que eu me lembre das famílias que abandonaram o assentamento foram a família do seu Dercilio, Doca, da dona Tereza, Banguela, seu Pedro, Cabelinho, seu Sebastião, Careca e por último a dona Assunção que vendeu a benfeitoria do seu lote neste ano de 2010."* Como um efeito em cascata, grupo importante de pessoas teve alguns impedimentos em permanecer na terra.

No decorrer da formação do assentamento surgiram vários projetos agroindústrias. Segundo informações obtidas, registradas em diários de campo, observamos projetos de mandioca brava para a fabricação de farinha, o plantio de eucalipto, criação de gado leiteiro e cultivo de feijão de porco. Com o estímulo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, através de um financiamento junto ao Banco do Brasil puderam efetuar a compra de gado leiteiro. Mas foi a parceria da cana a matéria controversa no assentamento.

Constata-se uma descontinuidade nas propostas de desenvolvimento a partir de "parceria" agroindustrial. Segundo a dona Maria, *"o feijão de porco deu um bom resultado. Como a indústria que fornecia as sementes, comprava toda a colheita. Infelizmente foi plantada apenas uma lavoura e não se repetiu"*. Outra tentativa foi o cultivo de mandioca brava para a indústria de farinha. Foi plantada a mandioca a custo do assentado, financiada junto ao Banco do Brasil

e a indústria nunca surgiu no assentamento para a colheita. Nas palavras da dona Maria também assentada do Horto de Bueno, ouvimos: "*Nós não podíamos mexer na terra onde estava plantada a mandioca e nem tirar a mandioca e vender aleatoriamente para outro comprador, pois o contrato de financiamento nos prendia com a tal farinha, esta que eu nunca vi no assentamento, nem mesmo sei dizer o nome da empresa. A única orientação que tínhamos é que não podíamos retirar a mandioca para não descumprir o contrato. A consequência foi que a mandioca nunca foi tirada e apodreceu na terra e atualmente estamos pagando o custeio para o Banco Financiador que é o Banco do Brasil.*"

A proposta mais eficaz parece ter sido a do gado leiteiro. O senhor João nos informou que os assentados que financiaram junto ao Banco do Brasil para a compra de gado não tiveram prejuízos. "*Com este financiamento o assentado não receberia o dinheiro como nas vezes anteriores, o assentado tinha que procurar o gado, informar o banco e um técnico avaliava a proposta e se aprovado pelo banco, pagava a compra. Obtivemos várias respostas positivas sobre este financiamento. Foi com a produção de leite e os bezerros que iam nascendo que o assentado buscava pagar os empréstimos anteriores.*"

A cana-de-açúcar entra no assentamento: por escolha ou imposição?

Quando a proposta de parceria com o agronegócio canavieiro chega até o Assentamento de Bueno de Andrada, a maioria dos assentados era contra. A proposta da cana conflitava diretamente com o primeiro termo de permissão de uso da terra adquirido pelo assentado no ano de 1997, que proibia sob a pena de perder o lote. "*Nós não queríamos a cana, segundo o que nos foi orientado é que se ocorresse contratos com usinas nós perderíamos a terra.*" Mas a cana já era um fato nos núcleos I, II, III, IV e V do assentamento Monte Alegre, mesmo assim os assentados tinham receio em fazer uma parceria. "*Eu sempre plantei cana para tratar do gado e nunca farei acordo com usinas mesmo hoje que foi liberado. Pois o meu termo de permissão de uso que tenho é do ano de 1997, não havendo renovação ou revogação deste termo, respeito o que ali está escrito*", nos informou o senhor Isaías. O assentado, temeroso com o que poderia acontecer se aderisse à parceria com a usina, negava a proposta.

No Horto de Bueno, uma pequena parcela de assentados resistiu à parceria. Nas palavras do senhor Antônio "*nós, assentados que não contratamos com a usina Maringá passamos a sofrer pressão por parte dos assentados associados com a usina e também por parte dos técnicos da Fundação*

ITESP que constantemente traziam o contrato de parceria com a finalidade de nos convencer a assinar, inclusive negando-se a desenvolver outros projetos para estes assentados e novas linhas de créditos para outra atividade agrícola que não fosse a cana". Dessa maneira, a cana foi implantada no assentamento do Horto de Bueno de Andrada.

A Fundação ITESP trabalhou por anos a fio com objetivo de conduzir os assentamentos para a parceria com o agronegócio canavieiro local como fator indispensável para o desenvolvimento econômico do assentamento. Para isso foi criada a portaria 75/02 da fundação ITESP e sua revogação pela mesma instituição com a portaria 77/04, através das quais foram abertas as portas para a cana nos assentamentos paulistas administrados pela Fundação ITESP.

Os contratos de parceria entre o assentamento de Bueno de Andrada com a usina foram firmados com vigência de 5 anos (na verdade, 5 safras). Os assentados cediam o solo e a usina ficaria responsável por todo o processo produtivo e todo o trabalho fornecido pela usina seria descontado da produção final dos produtores. Apenas o corte seria de responsabilidades dos assentados, que o fariam em sistema de mutirão. Diante dos possíveis prejuízos impostos aos assentados através da parceria agrícola com a usina Maringá, ou outras atividades agroindustriais, talvez o de maior intensidade depois da perda do direito de uso da terra, tenha sido a descaracterização do assentado enquanto segurado especial do INSS.

Reclamação formulada por muitos assentados que aderiram à parceria. Legalmente, os assentados estariam deixando de ser produtores da agricultura familiar, para se tornar fornecedores, portanto "patrões." Tal informação foi confirmada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara⁷, órgão responsável por declarar a atividade rural do assentado na região. A ingerência que o Sindicato exercia sobre os assentamentos de Araraquara parece ter acabado

⁷O Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara está ligado à FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo). Iniciou-se em 1989, como decorrência dos movimentos sociais que eclodiram por volta de 1984 e 1985. A partir das crescentes demissões dos trabalhadores bóias-frias a FERAESP toma para si a liderança dos movimentos sócias de demanda e luta pela terra. A FAF (Federação da Agricultura Familiar) não tem presença marcante na trajetória de lutas e demandas pela terra e no processo de construção dos assentamentos rurais. Tal referência é feita com o objetivo de discutir o polemico perfil da FERAESP, ligada na realidade a sindicatos que buscam representar a diversidade de interesses que existem no meio rural. A posição do Sindicato, contrária à concessão da certificação à atividade rural exemplifica tais controvérsias.

no ano de 2010, deixando este de ser responsável por afirmar a atividade agrícola da agricultura familiar, o que passa a ser da incumbência dos órgãos gestores.

Segundo afirmou seu João: *"Para o reconhecimento do assentado como segurado especial do INSS e ter direitos aos benefícios, era necessária uma declaração do Sindicato dos Empregados Rurais do município de Araraquara reconhecendo a atividade. O presidente do sindicato, o senhor Élio Neves, passou a negar a declaração de atividade rural para todo assentado que firmou contrato de parceria com a usina Maringá."* Outra informação colhida em pesquisa de campo no assentamento e com uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara é que a política da cana no assentamento contraria as propostas de reforma agrária. Segundo o senhor Élio Neves, a estes assentados caberia a responsabilidades por suas despesas previdenciárias uma vez que deixavam de serem produtores para se tornarem patrões.

Não se tratava exclusivamente de uma condição legal, ou ilegal, visto que a exigência era feita pelo próprio INSS. Não havendo outro órgão na região que pudesse reconhecer a atividade laboral agrícola familiar, ficou a cargo do Sindicato esta avaliação. Entretanto, o Sindicato dos Empregados Rurais é uma instituição que tem como prioridade representar os trabalhadores rurais, isto é, empregados que exercem atividade agrícola remunerada por um empregador. Enquanto o sujeito que exerce atividade agrícola familiar é representado pelo Sindicato da Agricultura Familiar, existente em âmbito estadual, a FAF (Federação da Agricultura Familiar). Mesmo com representatividade no Estado de São Paulo.

Tal federação é praticamente inexistente na região de Araraquara mesmo com dois grandes projetos de assentamentos com quase 700 famílias assentadas.

Em 2007, quando o assentado acorda com a usina a parceria agrícola, o Sindicato exercendo controle político sobre o assentamento passa a negar a certificação de produtor rural da agricultura familiar. Um assentado, necessitado da carta para requerer um auxílio doença junto ao INSS, falou-nos o seguinte: *"Não sei porque o Elio Neves nega a carta para o meu afastamento, é verdade que plantei cana no lote, mas está tudo certo como pede a lei. Plantei cana, mas sob a orientação da Fundação ITESP e me informaram que isso não me traria nenhum prejuízo, pois a portaria 77/2004 segundo o que falam, nos autorizou a exercer esta atividade agrícola". Em ocasião oportuna, num simpósio sobre reforma agrária, o senhor Elio Neves estava compondo a mesa, e quando foram abertas as perguntas, foi-lhe indagado sobre esta questão do INSS e da certificação através do sindicato e obtida a seguinte resposta, "bom, isso era uma exigência que o INSS fazia e que*

hoje não há mais a necessidade, pois o Instituto Nacional de Seguridade Social tem novas formas de buscar provas da atividade agrícola familiar e a cana não é mais requisito para o indeferimento do pedido do assentado."

No horto de Bueno de Andrada, a cana sob proteção do Itesp

O processo de implantação da cana no horto de Bueno de Andrada, seus resultados e perspectivas para o futuro merecem esclarecimentos. O contrato firmado é com a usina Maringá tem o seu término programado para a safra de 2012. A proposta da cana não chega aleatoriamente no assentamento, mas surge como uma proposta da própria Fundação ITESP auxiliada por alguns assentados que exerciam o papel de "lideranças" desta parceria. É importante mencionar, que todas as vezes que a usina se reunia com os assentados do Horto, a Fundação ITESP estava presente, exercendo o papel de vigilante mediadora.

Podemos fazer uma análise da gerência que a Fundação ITESP, como mediadora junto à usina Maringá, fez, através da experiência vivida e que nos foi relatada pela dona Maria que nunca quis contratar a parceria com a usina Maringá, mas, por vontade do marido, quase assinou o contrato contra sua própria vontade. Segundo nos informou, numa reunião sobre o projeto da cana, foi solicitada dos presentes a assinatura de quem tinha a intenção de uma possível contratação de parceria. Seu marido, presente, assinou tal intenção de contratação. Quando o fato chegou ao conhecimento da dona Maria, ela, de imediato, mostrou sua intenção de não aderir à parceria. O que trouxe para si muitos problemas, principalmente conjugais. *"Eles fizeram esta reunião, e pegaram a assinatura de quem tinha interesse de contratar a parceria, mas não se tratava da assinatura do contrato. Como eu não estava presente nesta reunião só fiquei sabendo que se tratava da produção de cana no assentamento. Um dia qualquer chegou o técnico do ITESP marcando uma reunião para assinar o contrato da cana. Eu logo disse para o meu marido que não iria assinar este contrato. Ao sairmos de casa, eu e meu marido começamos a discutir, pois ele queria a parceria e eu não. Chegamos à sede do Horto onde estavam todos os interessados na parceria reunidos. Tinha assentados, representantes da usina Maringá e a fundação ITESP, todos presentes. Coincidência ou não, o primeiro nome a ser chamado para assinar o contrato foi o meu. Temerosa pela pressão que todos ali exerciam contra mim, quase me obrigando à força a assinar o contrato, saí da sala e fui para a minha casa. Chegando em casa, não me senti bem, passei a ter tonturas e enjoo, corri para o posto de saúde de Bueno de Andrada. Quando lá cheguei, o*

representante da usina estava à minha procura para assinar o contrato. Por mais uma vez neguei assiná-lo. Ao ser atendida pela enfermeira Luiza, contei o que estava acontecendo e que os meus filhos não estavam sabendo disso, por isso eu não quis assinar. A enfermeira, após medir a minha pressão, me orientou a não fazer nada contra a minha vontade. Foi o que eu fiz. O meu marido ficou dias sem falar comigo, quase tivemos um rompimento conjugal por conta disso." Diante tais expressões da violência simbólica de gênero, muitas vezes reprimidas, dona Maria conseguiu superar a pressão que vinha de muitos lados, fez prevalecer sua vontade contra uma coisa que parecia inegável, e o fez na frente de todos.

Perguntamos ainda o porquê da necessidade da assinatura da dona Maria no contrato, pois o marido já tinha assinado e se isso não era o suficiente. Ela disse: *"Não, eles queriam a minha assinatura, se eu não assinasse o contrato não teria validade, a necessidade era que eu e o meu marido assinássemos, mas principalmente a minha assinatura, pois segundo o técnico do ITESP, eu que sou o titular do sítio, como todas as mulheres do assentamento o são, e sem a assinatura do titular não haveria contratação."* Esse mesmo contrato foi-nos cedido como parte do acervo documental adquirido em pesquisa de campo.

Mas não ficou por aí. Continuando seu depoimento, disse: *"Por várias vezes o representante da usina veio até a minha casa trazer o contrato para que eu assinasse, e recusei todas as vezes. Por fim, o técnico do ITESP trouxe o contrato e deixou em casa, caso eu resolvesse assiná-lo. Não o fiz, mas isso só foi possível porque os meus filhos me apoiaram. O meu relacionamento conjugal só voltou à vivência normal depois que o meu marido viu que na primeira safra ninguém ganhou dinheiro com a parceria."* Enfim, a própria "normalização" do relacionamento conjugal de dona Maria foi regulada pela safra da cana, e a principal razão que fez seu marido voltar ao normal foi o baixo retorno financeiro dos demais.

O caso da dona Maria não foi um caso isolado no assentamento. Outro que chegou ao nosso conhecimento foi o caso da dona Assunção, mas o relacionamento conjugal de quase trinta anos não suportou as diferenças de opiniões sobre plantar ou não a cana no sítio. Semelhante à dona Maria, a dona Assunção também não queria o contrato de parceria. Mas esta não suportou a pressão, acabou cedendo ao plantio da cana após o marido sair de casa. Descontente com a parceria desistiu da terra, vendendo sua benfeitoria à outra família e se mudou para a cidade.

Paradoxos e indefinições na dependência da cana

Segundo o senhor Irineu, um assentado que assinou contrato de parceria com a usina Maringá e que nos informou a respeito da mediação para que isso fosse possível: *"A fundação ITESP esteve presente em todas as reuniões que tivemos com a usina Maringá e por muitas vezes foram os técnicos da Fundação ITESP que eram incumbidos de levar o contrato para o assentado assinar. Foram os principais mediadores junto a esta negociação, não havendo a presença do município e nem do sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara. Como o Sindicato é contra este tipo de atividade agrícola no assentamento, não participou das negociações."*

Conta-nos que na ocasião da assinatura do contrato a cana estava valendo aproximadamente R\$ 53,00 a tonelada e foi pago para os assentados valores que chegaram a R\$ 9,00 a tonelada da cana na ocasião da colheita. *"Eu arrendei para a usina Maringá plantar cana em 8 hectares de terra, como não tinha condições de fazer o investimento para efetivar o plantio da cana, a usina ficou responsável por esta mão de obra, e nós pagaríamos em toneladas de cana este serviço. Acontece que na colheita da primeira safra, obtive apenas 400 toneladas de cana nos 8 hectares de terra arrendado. A usina veio e deu manutenção na terra, segunda a empresa, ela adubou, jogou calcário na terra e pesticida para matar as pragas. Mesmo com esta manutenção fornecida pela usina, na safra seguinte, ou seja, no segundo corte foi colhido apenas 247 toneladas de cana nos mesmos 8 hectares de terra. E hoje a usina não está querendo tirar a cana plantada em meu sítio, de toda a área plantada acredito não chegar a 100 toneladas de cana neste ano de 2010. Nos dois anos de safra, 2008 e 2009, recebi apenas R\$ 3.134,11 pela minha produção."* Diante destas informações foi possível calcular a quantidade de toneladas de cana por hectare, pois o ano de 2008 com uma produção de 400 toneladas de cana, rendeu por hectare apenas 50 toneladas e no ano de 2009 com uma produção de 247 toneladas, rendeu por hectare 30,875 quilos, quase 31 toneladas de cana por hectare.

Ao observarmos a plantação de cana do senhor Irineu, encontramos uma cultura totalmente devastada, tendo apenas algumas moitas de cana espalhadas no espaço dos 8 hectares de terra. Sem que questionássemos sobre a precária plantação, o senhor Irineu já foi dando-nos explicações. *"A cana está nestas condições devido à falta de uma assistência técnica qualificada. A usina veio dar a manutenção, mas não sei o quanto ela gastou de insumos agrícolas por hectare de terra. A única coisa que posso dizer é que quando*

o trator ia passando o adubo, caia uma porção aqui e outra lá na ponta. Acredito que a baixa produtividade dos dois primeiros anos ocorreu devido à falta de adubo, calcário e o controle de praga. A maior preocupação é que se eu não tirar a cana este ano, o ano que vem não tenho condições econômicas de refazer o plantio, e não gostaria de ficar preso à usina por mais 5 anos. Por mim, a usina poderia desistir do contrato e nunca mais voltar aqui, seria um alívio."

Não deixamos de perguntar para o senhor Irineu sobre a perspectiva em relação à cana para a safra de 2010 mesmo em tais condições. Ele disse: *"Eu mesmo não tenho nem como te responder a esta pergunta, faz mais de dois meses que estou esperando uma resposta da usina Maringá o que eles vão fazer com a minha terra, e até agora nada. Sei que a cana que está no meu sítio não vale a pena tirar. Mas a usina deveria dar um posicionamento sobre isso. Enquanto não tivermos uma resposta certa, acreditamos é nos boatos que circulam no assentamento. No meu caso, dizem que a usina Maringá irá arrancar esta cana e fazer um novo plantio. Não sei se realmente isto irá acontecer, e se for verdade, acredito que as custas do novo processo de plantio além de prorrogar o contrato por mais 5 anos, serão pagas por nós assentados."*

A atual situação do senhor Irineu não é única no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Dos 23 assentados parceiros com a usina Maringá quase todos estão na mesma condição. Uma baixa produção e que este ano não haverá quase cana para cortar. Há exceções encontradas no assentamento, em que a produção de cana tem mantido um padrão satisfatório de produção. Tais assentados têm uma perspectiva de lucro com a produção da cana, como ocorrido nos dois anos anteriores. Ao perguntarmos para o senhor Irineu qual o motivo da diferença da produção entre um ou outro lote ele nos respondeu que estes produtores deram a manutenção no solo por conta própria. *"As pessoas que irão tirar uma boa produção da cana este ano são assentados que tinham condições econômicas para investirem na terra, ficaram por suas responsabilidades fazer a subsolagem da terra, jogar calcário e adubar. Tendo também de dar a manutenção no controle das pragas e fizeram, pois o resultado é visível. Não existe como comparar com o trabalho prestado pela usina para nós. Eu, mesmo que quisesse investir na cana, como eu disse, ganhei nestes dois anos de safra, 2008 e 2009 apenas R\$ 3.134,11 que foram divididos em 5 parcelas. Sem dizer que com este valor em dinheiro não conseguiria manter em nível de produção mais do que 1 hectare de terra."*

Foi-nos possível apurar em pesquisa de campo que após as negociações dos assentados do Horto de Bueno com a usina Maringá e a implantação da cultura canavieira no assentamento, a Fundação ITESP se ausentou da relação que unia assentado, usina e a Fundação ITESP. A Fundação ITESP passa a atuar no assentamento como se não soubesse da parceria ou que a mesma não estivesse regrada pela legalidade, isto é, regulamentada pela portaria 77/2004 da Fundação ITESP. Fato que se justifica com a completa ausência da Fundação ITESP nas negociações de preço por tonelada de cana, custo de mão de obra, carreto, corte, pela própria assistência técnica e, por fim, o balanço anual para a análise da viabilidade da parceria. Compromisso outorgado à Fundação ITESP por ela mesma através da portaria 77/04 e não cumpridas no presente.

O assentado pouco conhece da portaria 77/04, chegando ao seu alcance apenas que esta "lei" é que permitiu o plantio da cana em parceria com a usina no assentamento. Ao ser apresentado ao assentado o texto da referida portaria, e mesmo esclarecendo ao assentado que no texto da portaria são garantidos direitos além do que foi estipulado em contrato, foi comum encontrarmos nos entrevistados a falta de "força" para se empenharem numa disputa litigiosa. Como afirmou o senhor Irineu. *"O que nós sabemos sobre esta portaria é que sem ela o plantio da cana seria irregular. E com a legalização poderíamos fazer parcerias com as empresas, inclusive usinas de cana-de-açúcar. Mas vendo o que está escrito, e como foi lido, parece que a gente tinha que ter tido um apoio maior da parte do ITESP. Como foi aqui explicado (na portaria), os técnicos tinham que ter acompanhado todo o processo produtivo e garantir o preço da produção. Mas o que eu não entendi foi sobre a parte que fala de plantar um terço da terra que sobra com alimentos. Aliás, nunca falaram destas coisas com a gente, é sempre assim, estão sempre procurando um jeito de dificultar as coisas pra gente. O que os técnicos do ITESP diziam é que nós éramos os interessados, nós que deveríamos ir atrás de acompanhar pesagem da cana, saber valor de frete, quanto custou o corte da cana, controlar manutenção da cana como adubagem e controle de pragas. E que eles não tem nada a ver com essa parceria. E o que a gente pode fazer contra isso? Ainda mais se for uma pessoa só. O que a gente precisava é que alguém que conhece fizesse isso prá nós."*

A fala do senhor Irineu demonstra insatisfação pela falta de assessoria técnica. E com a dificuldade para agir, que muitas das vezes advém da precária organização dos próprios assentados, que esperam o auxílio sem reunir efetivos canais de reivindicação. No caso da parceria observamos que a Fundação

deixa a cargo do assentado toda a responsabilidade da contratação. A usina se defende como pode através da via legal e se resguarda de qualquer prejuízo aparente. No entanto, buscamos junto aos técnicos da Fundação absorver alguma informação que fosse necessária para compor o cenário dos acontecimentos.

Foi possível, numa ida a campo, encontrar alguns técnicos da Fundação ITESP. Nesta ocasião, trabalhadores rurais do assentamento Monte Alegre VI se reuniam no barracão, lugar comum dos assentados para reuniões, festas e eventos e uma das coisas que estavam discutindo era sobre a cana. Ao final da reunião entre assentados e a Fundação ITESP, foi sugerida uma pergunta a um dos técnicos justamente sobre a responsabilidade da instituição junto às dificuldades que o assentado vinha tendo na ocasião com a parceria. E o que mais preocupava os trabalhadores era a pesagem da tonelada de cana por hectare no assentamento. Pois os trabalhadores estavam descontentes com os resultados da safra de 2009. A resposta foi dada de imediato por um dos técnicos, "*ora a cana pertence a vocês, se vocês que são os interessados não se reuniram para acompanhar a pesagem da cana o que nós podemos fazer? Quem foram os "idiotas" foram vocês mesmos que ficaram esperando alguém fazer alguma coisa. Agora já foi, o que vocês podem fazer é se reunirem para fazerem isso na safra que vem. Não adiante chorar o leite derramado*".

Nessa ocasião presenciamos o posicionamento do técnico da Fundação ITESP. Parece não ter divergência no grupo técnico a respeito do problema da cana, pelo contrário o consenso predomina a respeito. A afirmação de que a fundação ITESP não está envolvida nessa relação de parceria expressa bem as ambiguidades desta parceria. Ficou bem claro para o assentado, segundo o técnico, que eles estariam contratando por conta própria e que à fundação ITESP caberia unicamente acompanhar o decorrer do processo.

Encontramos⁸, numa outra visita de campo o responsável geral da Fundação

⁸Em ocasião de uma ida a campo com o grupo de pesquisadores do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), na Fazenda Monte Alegre, projeto de assentamento VI, sendo intuito principal entrevistar um grupo de mulheres que trabalham na panificação, projeto estruturado pela gestão municipal anterior no assentamento VI da fazenda Monte Alegre, lá estava o responsável pela Fundação ITESP de Araraquara. No momento em que fazíamos as apresentações, ele se dispôs a colaborar com nossas pesquisas, possibilitando uma breve entrevista

ITESP pelo setor de Araraquara. Estávamos na associação de mulheres, uma panificadora situada no assentamento VI da Fazenda Monte Alegre, que, aliás, fica do lado da escola municipal Maria de Lurdes Silva Prado, de frente para o barracão da comunidade e próximo ao posto de saúde. Local onde se encontram, com frequência, os profissionais da assistência técnica da Fundação ITESP, os quais insistem em reafirmar que o processo legal de aprovação ou reprovação de projetos de parceria com as agroindústrias deu-se sob o regimento da portaria 77/2004.

Diante da pergunta se teria ocorrido algum tipo de licitação para a escolha da empresa parceira ou se a fundação ITESP deu publicidade aos atos de contratação entre usina Maringá e assentamento, a resposta foi pouco convincente apesar da Fundação ITESP se equipara às autarquias, pessoa jurídica de direito público, ter em sua estrutura legal, a obrigatoriedade de cumprir o princípio da publicidade de seus atos, obtivemos a seguinte resposta: *"O contrato é feito pela Usina e encaminhado para a Fundação ITESP, nós mandamos para a fundação em São Paulo, lá é feita a análise das condições e encaminhado de volta para Araraquara, com o deferimento ou indeferimento da proposta. O que eu sei a respeito, é que não houve nenhum tipo de edital para chamar contratação com as agroindústrias, mesmo porque quem está contratando não é a Fundação ITESP e sim o assentado. Mesmo que a Fundação tenha acompanhado, sobre projeto aprovado não ocorreu qualquer publicidade, não teve publicação alguma em diário oficial ou jornal da região. Apenas ocorreu como havia dito. A usina manda uma proposta, nós, responsáveis pela região de Araraquara mandamos esta proposta para São Paulo e lá é decidido se aceita-se ou não. Após esta etapa, é encaminhado novamente para nós de Araraquara. No caso com a usina Maringá, quando saiu o deferimento nós apenas trouxemos junto com representantes da usina os contratos para os assentados assinarem."*

Ambiguidades é que não faltam na análise das complexas parcerias dos assentados com grandes empreendedores do agronegócio que exploram atividades agroindústrias. No entanto, elas não ocupam todo o espaço e a produção gerada no assentamento. Persistem embriões de outros modelos de desenvolvimento rural. O reconhecimento da terra como meio de subsistência é fundamental para as relações de produção agrícola nos assentamentos. A diferença nas escolhas da produção feita pelos assentados numa mesma região se apresenta, em alguns casos, segundo a origem familiar. Identificamos no

Assentamento de Bueno de Andrada famílias que vivenciaram a produção em parceria e que não esqueceram as técnicas de produção agrícolas. Estas famílias conseguem manter uma produção de subsistência, consorciando com a parceria feita para a produção agrícola agroindustrial administrada pelo mercado do agronegócio canavieiro. São pontos de resistência a favor da consolidação da reforma agrária voltada para a produção de alimentos e a vivência familiar de forma cooperada.

Esta resistência representa um contraponto ao estilhaçamento do saber estimulado pelas parcerias. O sistema econômico do capital representado pelo agronegócio, percebendo a fragilidade existente nos assentamentos, não deixou de pressionar o pequeno produtor para se inserir nesse processo de produção. Ao analisarmos a produção agrícola do Horto de Bueno, vimos terem sido poucas as políticas públicas voltadas para a produção na agricultura familiar, o que leva os assentados para a parceria com usinas plantando a cana-de-açúcar, situação que não pode, como firmado, ser generalizada.

Em meio à cana, a diversidade se faz presente no assentamento

Apesar da falta de infraestrutura pública no assentamento e da pressão para o assentado aderir ao mercado agroindustrial, encontramos também no assentamento outras experiências que podem ser observadas por outra perspectiva. Fica nítida a resistência quando nas pesquisas de campo encontramos paisagens de uma agricultura com culturas diversas contracenando com a cana.



Foto 1 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Ao percorrermos o assentamento, identificamos que em cada sítio investigado se encontra mais do que uma atividade econômica. Algumas das famílias, além das atividades econômicas, mantêm uma agricultura de alimentos voltada para o próprio consumo familiar. Conforme Duval (2009), nos assentamentos são formados mosaicos de produções agropecuárias diversificadas, mas que estão inseridos numa região homogeneizada em que predomina a cana-de-açúcar. Temos como exemplo o sítio da dona Maria. Observamos que a principal atividade econômica no sítio é a produção de leite. Além da produção de leite que é vendida para uma cooperativa da região, encontramos como atividade agrícola no sítio da dona Maria, uma plantação de feijão, milho, mandioca, abóbora, uma horta repleta de hortaliças e legumes com pequeno pomar de variados pés de frutas que rodeiam a casa. E animais típicos como galinhas e porcos são comuns a quase todos os sítios, com exceção, alguns granjeiros que não criam galinhas caipiras, para evitar a transmissão de uma possível "contaminação" viral, pois os frangos de granja são muito vulneráveis.

Também há uma plantação de cana, mas esta é destinada à comercialização do caldo, a conhecida garapa, o excedente é transformado em ração para o gado leiteiro. No sítio mora a dona Maria e seu esposo, uma filha e três netos. O marido é funcionário de uma usina da região, a filha é auxiliar de cozinha e um dos netos empregado de uma rede de supermercado da região. Ficando no sítio apenas a dona Maria, um neto de 14 anos e uma neta de 8 anos, são eles os responsáveis pela organização da produção no sítio.

Na grande maioria, os filhos e netos estão sempre envolvidos com atividades fora do assentamento, algumas das vezes encontramos o "chefe" de família trabalhando fora do assentamento. Por necessidade econômica, já que a produção agrícola não consegue absorver toda a família. Seja pela mecanização que facilita o trabalho como é o caso das granjas, ou pela pouca produtividade, onde apenas um percentual da terra disponível é utilizado.

Existem lotes em que moram mais de uma família, é o caso do lote do senhor Salomão e do senhor Sebastião. O senhor Salomão fez contrato com a usina Maringá, ficou descontente com o resultado, mas permaneceu com a cana plantada no sítio. Este produtor não está muito distante da realidade do senhor Irineu, outro dos nossos entrevistados. A cana deu pouca produtividade, tanto no primeiro como no segundo corte e, para esta safra, a cana está com muitas falhas.

Uma de suas filhas que reside no sítio cultivava uma horta. Nesta horta há

uma produção variada de espécies e as culturas acompanham o ciclo natural do ano. Sendo que a espécie que não produz em tal mês irá produzir no outro, rendendo-lhe, por semana, aproximadamente, R\$600,00 reais. Mantém uma plantação de bananas, uma horta com estrutura para a comercialização da produção, galinhas e porcos, mandioca, uma espécie comum no assentamento, principalmente a mandioca de mesa e sempre em período de plantio opta por plantar milho, que será utilizado na ração dos animais, como demonstra a figura abaixo.



Foto 2 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

O senhor Salomão, no entanto, produz em seu sítio cana com contrato com a usina. Mas este ano não entregará a cana como havia acordado com a Usina Maringá. Supondo que a produção não seria capaz de cobrir as despesas, vendeu a cana destinada à usina para um sitiante da região fabricar ração para o gado de confinamento. Com tal ato, o senhor Salomão rompeu, por conta própria, o contrato com a usina Maringá sem se dar conta de que no contrato existe uma cláusula que obriga aquele que romper o contrato a pagar uma multa de 200 toneladas de cana. Onde havia a cana da usina, hoje encontramos apenas resquícios de um canavial. Fato que está se repetindo, com frequência no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. A cana está dando lugar a outro tipo de cultura agrícola.



Foto 3 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

No sítio do senhor Sebastião moram duas famílias. Ele, a esposa e um filho, este deficiente físico e, em outra casa, a filha, esposo e duas filhas. O senhor Sebastião é um homem que preservou consigo todo um conhecimento tradicional de agricultura. O seu sítio é muito bem formado, mantém uma reserva de eucalipto para uso próprio e eventualmente comercializa também, uma área destinada à experiência com agrofloresta, onde se encontra plantado em um mesmo espaço, banana, abacaxi, café, mamão, buchas, frutas como limão, laranja, abacate e jaca e algumas árvores da flora brasileira. Na ocasião do levantamento destes dados, o senhor Sebastião estava produzindo milho, mandioca, abóbora, os já mencionados eucaliptos e a área onde está constituída a agrofloresta, tem o seu gado leiteiro, mas o leite é destinado à produção de queijos. Como muitos outros assentados, o senhor Sebastião cria galinhas caipiras e porcos.



Foto 4 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Dos trinta e um assentados do Horto de Bueno, o sítio do Senhor Sebastião talvez seja o único em que as famílias trabalham com a estrutura da agricultura familiar. Todos estão envolvidos diretamente na produção agrícola do sítio. Recentemente, foram beneficiados com um projeto de financiamento via Banco do Brasil para a compra de um trator. Fato que mudou muito o dia-a-dia da família. Principalmente para sua filha e o genro que trabalham no sítio com a produção de uma horta para fins comerciais, a qual, segundo sua filha, consegue manter o básico para a família. Esta imagem mostra a horta do sítio do senhor Sebastião no início da sua implantação. Esta família não se tornou parceira da usina Maringá, no entanto, produzem cana. A cana produzida em seu sítio é destinada à ração do gado e para a moagem que fabrica o caldo.



Foto 5 – Horta do senhor Sebastião

O sítio do senhor Sebastião faz divisa com o sítio pertencente à família da dona Irene, que optou por fazer a contratação de parceria com a usina Maringá. Antes disso, principal atividade agrícola no sítio era o gado leiteiro. Quase todo o sítio era destinado a esta atividade, mas com a parceria esta área foi reduzida pela metade, o que levou o seu esposo a plantar um pouco mais do que os 8 hectare de cana para a ração do gado. Criam-se também galinhas caipiras e porcos.

Dona Irene, mantendo estas duas atividades agrícolas no sítio tem tido segurança econômica com o leite, além da aposentadoria do marido. A cana, como aconteceu com os demais, não teve muito resultado. Mesmo com a expectativa de uma baixa produção, a cana plantada no sítio da dona Irene está melhor do que a encontrada no sítio do senhor Salomão e do senhor Irineu.

Talvez porque o caso do sítio da dona Irene esteja na cabeceira de uma nascente e o solo seja mais úmido. Esta nascente é uma das nascentes que formam o córrego Ribeirão do Rancho Queimado e que faz divisa também com o sítio do senhor Sebastião. Dos lotes que têm água do rio (Sebastião e Irene), um é diversificado e tem estrutura familiar. Outro tem leite, mas também cana como principais estratégias de comercialização. Os outros sem o rio por perto têm produção mais baixa. Ocorre que o prejuízo ambiental pode ser inevitável em todos os casos, pois a plantação de cana da dona Irene ficou acima da nascente, sendo que toda a água que corre do seu sítio tem por curso comum o leito da nascente. E com a aplicação de insumos químicos no solo pode haver a contaminação de um córrego desde sua origem.

A nascente do Ribeirão do Rancho Queimado parece ter secado temporariamente. Na ida a campo no lote do senhor Sebastião, ele nos mostrou um pé de buriti, uma planta que vive em lugares alagados, mantendo a umidade do local. O senhor Sebastião trouxe duas mudas do estado do Tocantins, é uma planta muito encontrada no centro oeste e norte do país. Mas apenas uma permanecia no local plantada, a outra, segundo o senhor Sebastião foi furtada. A preocupação aqui apresentada pelo assentado é de manter a existência dessa nascente. Pois como sua família trabalha com a agricultura tradicional e a necessidade de água é certa, perder esta fonte natural seria muito prejudicial a sua produção. Uma vez que quase tudo o que se produz em seu sítio é voltado para o consumo familiar ele teme perder esta nascente. Para manter esse espaço com umidade constante, o senhor Sebastião com a sua família esta conseguindo organizar ao redor da nascente uma pequena agrofloresta, pois segundo o que determina a lei, ao redor de toda mina natural é necessário manter uma reserva em torno de uma circunferência de 50 metros. A área que foi devastada pela produção de eucaliptos sob a administração da CODASP está sendo recuperada por este produtor e sua família.

Quando a dona Irene contratou a parceria com a usina Maringá ela se encontrava afastada por um auxílio doença há algum tempo. Seu estado de saúde e a idade avançada não permitem que ela venha ter uma atividade laboral. Logo após a contratação de parceria a dona Irene teve nova perícia junto aos médicos do INSS (Instituto de Seguridade Social). Com perícia agendada, na ocasião da consulta a dona Irene deveria estar munida dos documentos comprobatórios de sua incapacidade para o trabalho, bem como os da atividade laboral agrícola que antecedia o seu benefício de auxílio-doença. Um destes documentos indispensáveis era uma carta fornecida pelo

Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara que daria prova da atividade agrícola como manda a lei. O sindicato, não reconhecendo a categoria de parceiro como agricultura familiar negou a referida carta. Dona Irene, segundo nossos levantamentos foi a primeira pessoa no Horto de Bueno a sofrer uma das conseqüências da parceria com a usina Maringá, a perda da condição de segurado especial do INSS. *Pois dentre outras expressão dos danos causados por uma parceria que tem se pautada por uma total assimetria de informações* (FERRANTE, 2008). Fato que atualmente foi superado após o INSS se utilizar de outros meios para que o produtor possa provar sua atividade laboral agrícola e familiar. Exemplo, apresentar notas fiscais de compra de produtos agrícolas que antecedem a data do pedido do benefício.

O sítio descrito a seguir é o do senhor Antonio. Lá residem três famílias. O senhor Antonio e sua esposa, o filho casado com duas crianças, a filha casada e um filho de uns cinco anos. Trabalham no sítio o Sr. Antonio, esposa, o filho com a família, que mantêm uma produção de leite e um barracão para a criação de frangos de granja. A granja do Sr. Antonio tem capacidade para uns 10.000 frangos aproximadamente, que, junto com pouco mais de cinqüenta litros de leite formava a renda principal das duas famílias. Mantinham, como os demais, outros tipos de atividades voltadas para o próprio consumo. Tem em seu sítio, além do gado e da granja, uma plantação de banana, esta em volta da granja para exercer influência no clima para o bem estar dos frangos. A mandioca, comum a quase todos os assentados, a cana para a ração do gado e como a granja fica distante da casa, isso possibilitou a criação de galinhas caipiras e porcos.

Atualmente o seu Antonio está sem frangos na granja. Como o seu Isaias mencionou em sua entrevista, a empresa só é responsável por tirar os frangos que ela coloca no barracão, não fornecendo qualquer segurança de continuidade da produção. A granja do seu Antonio não tem recursos automáticos, a alimentação dos frangos é distribuída manualmente, o que leva naturalmente a um gasto superior de ração pelo desperdício no manuseio. A empresa Rei Frango, parceira do seu Antonio alegou que na última tirada de frangos, isto é, após os quarenta e cinco dias de engorda, a empresa constatou que o gasto com a ração foi superior ao lucro com os frangos abatidos e decidiu não colocar mais frangos na granja do senhor Antonio. Aconteceu o mesmo com o seu genro. Mesmo residindo no sítio do Sr. Antonio, o genro constituiu uma sociedade com outro assentado do Horto de Bueno.



Foto 6 – Granja do Sr. Antonio

Já no sítio da dona Maria, ela produz de tudo. Lá residem ela, o esposo Vilmar, uma filha casada que junto com o marido auxilia no sítio. É um sítio que fica à beira da água e lá encontramos plantação de limão, laranja, criações de gado leiteiro, muitas galinhas caipiras e porcos. Também há mandioca e uma horta destinada à produção familiar. A dona Maria também é parceira da usina Maringá na produção da cana, mas a cana não rendeu o esperado pela família. Além do já mencionado, a expectativa da família de dona Maria era instalar uma granja em seu sítio. Mas com o orçamento familiar foi possível construir apenas o barracão. A sociedade com o genro do seu Antonio surge justamente para produzirem frangos no barracão da dona Maria. Como a dona Maria cedia o barracão, ficaram a cargo do sócio os equipamentos de alimentação e ventilação dos frangos e a mão de obra. A sociedade permaneceu até o mês de agosto de 2010, quando a empresa Rei Frango resolveu abandonar o barracão e não tornando a pôr uma nova remessa de frangos.

Foi-nos informado que o produtor agrícola que optou para trabalhar com avicultura, tem uma margem de lucro que está relacionada diretamente com a quantidade do consumo de ração que o frango irá consumir. O valor de cada frango para o produtor pode variar de R\$0,25 a R\$ 0,30 centavos de real por unidade. No caso do senhor Antônio e do seu genro, de alcunha Alemão, sócio da dona Maria do senhor Vilmar, o gasto com a ração foi tamanho que a tiragem dos frangos no mês de agosto foi suficiente para pagar apenas as despesas com a produção, não rendendo nada de lucro. É comum utilizar-se da forragem que fica no assoalho da granja para fazer ração para outros animais, principalmente para o gado e porcos. Neste caso,

a empresa alegou que os produtores estavam utilizando da ração dos frangos para tratar outros animais.

Esses resultados desastrosos que envolvem as parcerias mostram a precariedade da relação. Os assentados sem qualquer segurança de permanência da produção ficam a mercê da vontade dos empresários agroindustriais. Ditam condições e assombram os produtores estabelecendo uma instabilidade econômica no dia a dia do produtor rural assentado. Esse domínio traz também ao assentado a dificuldade de contratar com outra empresa, é como adentrar em um território já ocupado. Fato como o ocorrido com a família do senhor Antonio, seu genro e a dona Maria do senhor Vilmar são constantes em assentamentos rurais.

O senhor Antonio está com a terra preparada para o plantio neste ano de 2010. Optou por cultivar, em maioria da terra disponível em seu sítio, o milho. Como não é parceiro da produção de cana, conseguiu outro parceiro, este para a produção de milho. Segundo o que conseguimos levantar em pesquisa de campo, este parceiro permanece oculto, as contratações ficaram a cargo de um funcionário da usina Santa Cruz, um tipo de gerente regional da usina. Não podemos afirmar que a usina esteja envolvida na parceria, mas sabemos que as máquinas que estão dando manutenção na terra são de propriedade da usina. A parceria se constitui nos seguintes termos: o assentado disponibiliza a terra, o parceiro fica encarregado de toda a manutenção necessária para a produção do milho. Isso vai do preparo da terra à colheita. No final, avaliam as custas do investimento empenhado, este valor é apurado e reembolsado ao parceiro investidor e do que sobrar é feita a divisão, meio a meio entre o assentado e o parceiro investidor.

Esta não é a primeira união nessa parceria com o milho. No ano de 2009, este parceiro investidor cultivou milho no sítio da dona Cida e uma área de terra que equivale à metade do sítio. Pouco sabemos sobre esta parceria, as pessoas envolvidas não comentam, preferindo o silêncio. Este ano a dona Cida irá plantar todo o sítio de milho, a terra já esta pronta aguardando o momento oportuno. Dona Cida tem como principal renda laboral o trabalho com materiais recicláveis e a criação de porcos que são tratados com a sobra de alimentos recolhida em quitandas e supermercados. Em 2009 foram inseridos em sua renda os resultados da produção de milho. Em seu sítio hoje residem dois filhos e dois netos. Mas apenas ela e um filho são responsáveis pelo trabalho na terra, os demais são empregados em outras atividades fora do sítio. Criam-se também porcos, galinhas e uma plantação de mandioca.



Foto 7 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Outro assentado do Horto de Bueno de Andrada que aderiu à parceria para a produção de milho foi a família do senhor Colarate, este reservou quase 80% da área disponível no sítio. Residem no sítio do senhor Colarate quatro famílias. Vive ele, sua esposa, um filho e uma filha, ambos solteiros em uma casa e compartilham nas atividades laborais do sítio. Mora também as famílias de dois filhos e uma filha no sítio. Muitos têm atividades econômicas fora do sítio, mas a grande maioria está envolvida com alguma produção na terra. A produção de milho em parceria será para o ano de 2010 e colheita em 2011, mas já existe todo um sistema de produção no sítio do senhor Colarate. Sua família optou pela produção de gado leiteiro, granja, estando em fase de construção o segundo barracão. Cada barracão com a capacidade de aproximadamente 10.000 mil frangos. Até recentemente mantinha uma plantação de feijão que foi colhida, e a terra preparada para receber este ano o milho. Como as demais famílias, eles também cultivam a mandioca e criam pequenos animais como galinhas e porcos para o autoconsumo.

Podemos falar agora um pouco da família Trovatti no assentamento. Eugenio Trovatti é o nome da escola do distrito de Bueno de Andrada no município de Araraquara. Esta traz o nome do patriarca da família Trovatti que sempre esteve presente na pacata vida do distrito de Bueno de Andrada. Estas pessoas viram no decorrer do tempo todas as transformações e produções agrícolas ocorridas no Horto e muitas histórias que foram vivenciadas neste local.

Quando ficaram sabendo da ocupação do Horto feita pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e que a Fundação ITESP estava cadastrando famílias para um processo seletivo para a distribuição da terra, eles se cadastraram.

Mas, apesar de terem comprovado a vida em meio às atividades agrícolas, não foram beneficiados no processo de seleção. A classificação tinha critérios, segundo o que nos foi informado, que o concorrente tinha que provar através de documentações, uma vida regressa no campo. A principal dessas provas foram as anotações em carteira de trabalho. Outro requisito era a força laboral, isto é, a quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar na terra, não ser servidor público e nem manter atividades empresarias, mesmo a micro empresa.

Com o passar dos anos a família Trovatti comprou o direito de uso de um sítio, o sítio do Cabelinho e sua família, um trabalhador rural do município de Rincão. Depois foi o sítio do senhor João, morador do município de Américo Brasiliense e o último foi o sítio do Careca, morador do município de Jaboticabal.

No sítio da Maria Trovatti reside ela e o esposo, tem uma produção de frangos de granja, um barracão com capacidade de uns 30.000 frangos e gado leiteiro, não optando por nenhum cultivo de subsistência, estabelecendo sua fonte econômica nessas duas atividades. O seu irmão Ednei Trovatti por estar há mais tempo no assentamento, tem uma produção mais extensa. Primeiro, reside no sítio Ednei, sua esposa e três filhos ainda crianças. O que faz com que para a manutenção do sítio se utilize do apoio de mão de obra contratada. Desta maneira, a produção alcança os dois barracões para a criação de frangos de granja, o gado leiteiro tratado no cocho, a plantação de cana para a ração dos animais, uma horta de tamanho considerável para uma produção comercial. Além de manterem, o Ednei e seu irmão uma empresa de construção de telas e estruturas para construção de granjas.

As condições geológicas deste sítio são muito favoráveis à agricultura, pois a terra está banhada com o afloramento de águas superficiais formando pequenas minas. Nasce nesse sítio outra nascente do córrego Ribeirão do Rancho Queimado.



Foto 8 – Nascente no lote do Sr. Ednei Trovatti

A Maria, esposa do Sr. Pacheco, hoje é proprietária do sítio em que ela e seu marido compraram juntos. O seu Pacheco Trovatti faleceu recentemente, mas era um dos três irmãos da Família Trovatti. Atualmente, a viúva de seu Pacheco vive no sítio com sua filha, seu genro e seus três netos, tendo como principal atividade econômica a granja, pois tem dois grandes barracões com a capacidade para mais de 20.000 frangos, atividade que a família mantinha como principal fonte econômica muito tempo antes da formação do assentamento do Horto de Bueno. E atualmente faz questão de cultivar milho. O resto da área disponível do sítio é utilizado como pasto para o gado. Encontra-se também neste sítio uma vasta plantação de banana ao redor da granja com o propósito de refrigerar a granja e garantir o bem estar dos frangos, igual a outras granjas no assentamento. A produção de milho cultivada neste sítio não é feita em forma de parceria, nem optou essa família pela produção da cana.

Fora essa padronização das atividades agrícolas no assentamento, dois outros produtores se destacam nesse universo de pesquisa, são eles o senhor José Celindo e o senhor Valdomiro. O senhor José é do município de Araraquara, tinha um sítio arrendado pelos arredores do bairro Águas do Paiol, quando veio para o assentamento trouxe uma vasta experiência na pecuária produzindo leite e criando porcos. Com o sorteio do lote, de imediato começou a produção de leite e com os fomentos econômicos do governo federal construiu o que hoje é sua principal fonte de renda. Tem como produção, como já dito, o leite, a criação de porcos que são comercializados sempre em épocas festivas, uma plantação de café, cana para a ração do gado, mandioca, muitas galinhas caipiras e três tanques de água para a criação de peixes. Estes tanques foram construídos através de um desvio do córrego Ribeirão do Rancho Queimado que passa no fundo do seu sítio.

O senhor Valdomiro que trabalha com abelhas está inserido no ramo da apicultura, reside em seu sítio a esposa e filho. O senhor Valdomiro também tem feito história no assentamento, foi um grande opositor do senhor Isaias quando este representava os assentados do Horto de Bueno. Foi também um dos principais apoiadores da parceria com a cana. Mantém como atividade econômica não só a apicultura, tem uma criação de porcos tratados com restos de alimentos recolhidos em creches do município de Araraquara. O senhor Valdomiro costuma ir para Araraquara buscar o alimento dos porcos no mínimo três vezes por semana, e utiliza como transporte uma carroça. Também trabalha com a produção de hortas, visto que seu sítio banhado

com águas, talvez seja o lugar de maior fluxo de formação hídrica de todo assentamento.

Conclusões

Apesar de prevalecer o plantio de cana agroindustrial nos lotes, a agricultura desenvolvida no assentamento do Horto de Bueno está bem distribuída. Como principais atividades econômicas há o manejo do gado leiteiro, a produção de cana-de-açúcar, a criação de frangos de granja, o cultivo de hortas com estrutura para comercialização, a produção de milho que aumenta gradativamente, dentre outras. Os demais cultivos são mais voltados ao consumo familiar, dentre os quais predominam as criações de galinhas caipiras e de porcos, plantações de mandiocas, bananas, hortas e uma variedade de frutas encontradas com frequência no assentamento.

Se houve momentos favoráveis ao maior investimento na parceria da cana para o desenvolvimento dos assentados, esta experiência se mostrou incompatível com a realidade da agricultura familiar ali praticada e capaz de fragilizar outras opções e as relações internas entre os grupos de assentados (e mesmo as conjugais). Ficaram evidentes, a partir deste caso, os problemas que o plantio de cana traz primeiro pelo descaso da usina em relação aos assentados enquanto fornecedores, mas também porque o processo produtivo é extremamente prejudicial à saúde e a possíveis experiências agroecológicas. O mesmo foi observado com a parceria do frango, porém a cana deixou de fato muitos assentados endividados. Tais parcerias de integração têm significado uma total perda de autonomia dos assentados sobre os processos produtivos em seus lotes. Eles ficam à mercê das grandes agroindústrias, atrelados a um sistema de poderes e controles e vulneráveis a variações mercadológicas que terminam por tirá-los dos lotes.

Outros olhares poderiam acusar o fato de que a parceria impulsiona a produção, ou mesmo ressaltar a boa produtividade em alguns casos de assentados que prosperam com a cana, seja pela condição financeira, por poderem cuidar melhor do canavial ou por estarem em lotes com boa oferta de água. No entanto, o que se propõe como reflexão final é se o desenvolvimento dos assentados deve ser medido apenas pelo retorno financeiro de uma plantação. Os materiais aqui apresentados recolocam a necessidade de se pensar nos demais aspectos do modo de vida no assentamento que são tocados pelo plantio de cana agroindustrial. Aspectos que dizem respeito ao querer das pessoas e à qualidade de vida.

Neste sentido, a diversificação se mostra nas várias experiências retratadas ao longo do artigo. Exemplos de que a integração via parceria com as agroindústrias convive com estratégias variadas de diversificação agrícola, exigindo um olhar atento dos pesquisadores e, talvez, mudanças de rumos das rédeas das políticas dos gestores.

Referências

- AMARAL, D.T.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. **Raízes**, Campina Grande, v.26, n.1 e 2, p.101-112, jan.-dez./2007.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). UFSCar, Araras/SP, 2009.
- FERRANTE, V. L. S. B. (Org). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.
- _____. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) Processo n. 306351/2003-0 - Solicitação de renovação de Bolsa/produtividade, 2007.
- _____. Os parceiros da cana. Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 41: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO "RURAL". IN: **Anais...**, Caxambu/MG, 2008.
- MACIEL, M.C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, p.217-244, 2009.

